CASOS DE RACISMO NO FUTEBOL BRASILEIRO FRENTE A NOVA LEI GERAL DO ESPORTE

Alex Roberto Marques (PIBIC/FA), e-mail: 22006647@uepg.br, Dr. Diego Petyk de Sousa (UEPG), Drª. Natasha Santos Lise (Orientadora, UEPG), e-mail: natashaslise@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa / Departamento de Educação Física

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas **Subárea:** Educação Física

Palavras-Chave: Racismo, futebol brasileiro, LGE, política pública.

Resumo

No Brasil, foi aprovada a LGE nº 14.597/2023 que se propõe a combater casos de racismo no esporte brasileiro. Tendo em vista essa nova legislação, ao se pensar alguns casos de racismo, em específico aqueles que mais repercutiram, questiona-se: quais seriam as implicações para os envolvidos, segundo a LGE? Buscou-se analisar os casos de racismo documentados ocorridos no futebol brasileiro nos últimos 10 anos à luz da LGE. Por fim, mostrou-se que o referido esporte passou a contar com um arcabouço jurídico robusto, capaz de reprimir o racismo, educar para a diversidade e consolidar uma cultura de paz.

Introdução

O racismo no futebol brasileiro persiste ao longo do tempo, manifestando-se em diversos episódios, como os casos recentes envolvendo atletas como Luighi (Palmeiras) e Vinícius Jr. (Real Madrid) juntamente com os incidentes entre jogadores Tinga e Aranha (2014). Em resposta a isso, medidas institucionais têm sido criadas, tais como o Observatório da Discriminação Racial, que monitora e divulga denúncias desde 2014. O silêncio diante do racismo contribui para sua manutenção, reforçando a necessidade de políticas públicas. Diante desse cenário, este estudo analisa a legislação esportiva brasileira quanto ao combate à discriminação racial no futebol.

Materiais e Métodos

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa com análise documental das legislações esportivas brasileiras. Foram examinadas a Lei Zico (8.672/1993), a Lei Pelé (9.615/1998), o Estatuto de Defesa do Torcedor – EDT (10.671/2003) e a Lei Geral do Esporte – LGE (14.597/2023)

Resultados e Discussão

Através da clipagem do Observatório, vê-se um aumento dos casos a partir de 2014, sendo de 36 no ano de início do Observatório e 250 no último relatório. No futebol houve uma incidência significativa desses casos no Brasil, em 2023 foram registrados episódios de discriminações e preconceitos, sendo eles demonstrados pelos valores de 136 (racismo), 13 (xenofobia), 8 (machismo) e 38 (LGBTfobia). Nota-se a urgência de uma mudança de representatividade no futebol e nos esportes como um todo. Contudo, essa transformação não será simples e nem imediata, pois o racismo está intensamente arraigado na lógica do sistema estrutural da sociedade.

Conclusão ou Conclusões

Conclui-se que, com a consolidação da LGE, como principal regulamentadora das ações esportivas, o futebol brasileiro avança não apenas na repressão, mas também na educação e promoção de uma cultura de paz, valorizando a diversidade e combatendo a violência racial de forma contínua. Destaca-se também o avanço no combate à discriminação através da criação do protocolo três etapas da FIFA e CBF. Por fim, é fato que essa "cultura" ainda persiste no ambiente esportivo, todavia entende-se que hoje possuímos um arcabouço jurídico e institucional oferecendo respostas mais concretas e coordenadas.

Agradecimentos

Agradeço ao PIBIC / Fundação Araucária pelo apoio e incentivo financeiro à pesquisa, essencial para a realização deste longo trabalho.

BRASIL. Lei nº 10.671, de 27 de julho de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671compilado.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8672.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 9 set. 2025.

ISSN 1676-0093